

# GÊNERO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

Qelli Viviane Dias Rocha<sup>1</sup>

## RESUMO.

O presente artigo é parte das reflexões e análises da pesquisa intitulada *Levantadas do Chão: A Construção da Identidade de Gênero no Processo de Implementação de Políticas Públicas Agrárias para Mulheres*, defendida junto ao programa de pós-graduação em Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” em Junho de 2012. A Pesquisa teve por objetivo analisar como o processo de Construção e/ou Fortalecimento da Identidade de Gênero contribui para implementação das Políticas Públicas Agrária para este segmento em específico. Para tanto, foram entrevistadas 22 mulheres do Assentamento Mário Lago na região de Ribeirão Preto. O artigo que ora apresenta-se objetiva direcionar o olhar para a análise das transformações no mundo do trabalho, especificamente em relação ao trabalho feminino no campo e como estas transformações têm contribuído para o desenvolvimento, fortalecimento e/ou construção da identidade de gênero da mulher assentada.

Palavras – chaves: Gênero – Identidade – Questão Agrária

---

<sup>1</sup> Assistente Social – Especialista em Programas e Projetos Sociais (IFTM) – Professora e Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social pela Faculdade Frutal/ FAF – Professora do curso de graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Contato: qelliviviane@yahoo.com.br

## 1. Questão Agrária e Gênero

Nas últimas décadas no Brasil, as relações que têm por base o trabalho feminino, têm passado por importantes transformações demográficas, culturais, educacionais e econômicas. Estas transformações influenciaram nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher e contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento desta categoria social. Neste sentido, Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2011) apontam que cada vez mais a mulher tem ocupado o mercado de trabalho e isto tem impulsionado sua expansão em relação à escolaridade. Para a autora, o ingresso nas Universidades viabilizou o acesso das mulheres à novas oportunidades de trabalho. Cabe destacar que em 2009, 59% dos concluintes no ensino superior eram do sexo feminino. Entretanto, estas permanecem ocupando áreas tradicionalmente femininas, como Educação, Saúde e Bem Estar Social, Serviços, Humanidades e Artes.

Em relação ao mercado de trabalho é possível verificar que houve uma enorme transformação ao que tange a participação das mulheres mais velhas, casadas e mães. De acordo com (BRUSCHINI; LOMBARDI; UNBEHAUM, 2011), em 2009, a mais alta taxa de atividade feminina, 75%, era encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos e 71% das mulheres de 40 a 49 anos também estavam ativas.

Para a autora, estas transformações não só atingem as mulheres economicamente ativas, mas também as mulheres como um todo, uma vez que estas passam a ser absorvidas pelo mercado de trabalho mesmo em idade reprodutiva, o que, de acordo com Bruschini (2011), não ocorria nas décadas anteriores. É possível verificar que também as famílias brasileiras foram “atingidas” por estas transformações, pois as mulheres passaram, como cônjuge, a representar 59% da renda ativa da família em 2009, um percentual de aumento de 4% em relação a 2002.

De acordo com Camargo (2010 apud BRUSCHINI; LOMBARDI; UNBEHAUM, 2011, p. 149):

A crescente necessidade de contribuir para a renda familiar, em razão da elevação do nível de consumo, entre outras causas, tornou a contribuição da renda das mulheres cada vez mais importante: foi expressivo o aumento da proporção de cônjuges que contribuem para a renda das famílias: 65,8% em 2009, percentual que era de 39,1% em 1992. Atualmente, os rendimentos das mulheres constituem cerca de 41% do rendimento total das famílias.

Entretanto, é preciso salientar que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho se dá por meio da desregulamentação deste na atualidade, como aponta Antunes e

Alves (2004, p. 335, grifo nosso), as transformações no modo de produção refletiram em transformações na classe trabalhadora, “[...] *esta já não é idêntica àquela existente em meados do século passado, ela também não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante.*”

Conforme os autores, Antunes e Alves (2004, p. 336):

[...] a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (Antunes, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção. Mas ela vem presenciando um processo multiforme [...].

Com a reestruturação reprodutiva (formas mais desregulamentadas de trabalho), reduziu-se o conjunto de trabalhadores estáveis e os empregos formais, decorrendo disto uma redução do proletariado tradicional (fabril, manual). No mesmo bojo, mais em contra tendência, há aumento do novo proletariado que se caracteriza pelos empregados temporários, terceirizados e subcontratados.

Com a desestruturação crescente do Welfare State nos países do Norte e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, ‘informais’, de que são exemplo as distintas formas de terceirização. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 337).

Associa-se a estes fatores o incremento da participação feminina na produção da força de trabalho que, de acordo com Antunes, tem aumentado em torno de 40% em todo mundo e se caracteriza pela precarização e desregulamentação. Cabe ressaltar que se por um lado há inserção significativa da força de trabalho feminina, por outro este trabalho não é reconhecido, a remuneração é inferior à do homem e os direitos sociais e trabalhistas são também desiguais.

Muitos estudos têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, freqüentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras (e também a trabalhadores (as) imigrantes, negros (as), indígenas etc.). (Hirata, 2002 apud ANTUNES; ALVES, 2004, p. 338).

A absorção da força de trabalho feminino, bem como de outros segmentos sociais pelo setor de serviços, também tem sido um dos fatores que determinaram a

reestruturação produtiva. Ricardo Antunes e Alves (2004) aponta que a racionalidade do capital e a lógica do mercado, acrescidas das mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão, também afetaram o mundo do trabalho. Além disso, o autor aponta a exclusão daqueles considerados idosos (contingente da população com idade superior a 40 anos) e dos jovens. “*O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista.*” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339, grifo nosso).

Ricardo Antunes e Alves (2004, grifo do autor), afirmam que o desdobramento da reestruturação produtiva desenvolve no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho desenvolvido pelo **Terceiro Setor**. Este se caracteriza por atividades desenvolvidas em empresas sem fins diretamente mercantis ou lucrativos, predominando sobre estas instituições formas de trabalho voluntário de caráter assistencial.

Assim, destaca o autor:

A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, por meio de trabalhos realizados no interior das ONGs e de outros organismos ou associações similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339-340).

Assim, acredita-se que a crescente participação das mulheres na produção social da riqueza esteja intimamente relacionada aos fatores acima analisados.

De acordo com Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2011):

Nas análises sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, a primeira questão a destacar é o contínuo crescimento da atividade feminina. Os indicadores revelam que, entre 2002 e 2009, a PEA feminina passou de 36,5 milhões para 44,4 milhões, a taxa de atividade aumentou de 50,3% para 53% e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores passou de 42,5% para 44%. Isso significa que mais da metade da população feminina em idade ativa (10 ou mais anos) trabalhava ou procurava trabalho em 2009 e, ainda, mais de 44 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino.

Assim, apesar dos avanços, as mulheres ainda permanecem em situação desigual em relação à população masculina na composição da população economicamente ativa. Além disto, as diferenças regionais também influenciam na participação destas no mercado de trabalho. Bruschini afirma que a participação da mulher no mercado de trabalho, além do recorte de gênero, associa-se às discriminações de cor/raça<sup>2</sup>. Além disto, as mulheres permanecem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos.

Em relação à situação da mulher no campo, Cintrão e Siliprandi (2011) dizem que as reivindicações crescentes dos movimentos de mulheres nos últimos anos, ganharam mais força com a associação e à existência de um governo permeável a estas reivindicações. Por meio da relação que se estabeleceu entre o movimento de mulheres e o Estado foi possível a criação de programas e ações governamentais voltados para a promoção de uma maior equidade de gênero.

De acordo com as autoras, estas reivindicações se refletiram na criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com status de Ministério. Por meio desta foi possível, em conjunto com a sociedade civil, organizar duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (em 2004 e 2007).

Decorrente destas conferências resultaram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I e II. Nelas, as mulheres rurais exigiram políticas que as beneficiassem como trabalhadoras e como moradoras do meio rural, enfocando problemas que lhes eram específicos, tais como o acesso à documentação civil, a terra, ao crédito, à assistência técnica e à organização produtiva.

As mulheres trouxeram para as conferências suas preocupações com relação à questão agrária, com a falta de infraestrutura no meio rural e com o enfrentamento da violência contra a mulher. Sua participação política e visibilidade pública “nesses eventos” se deram na forma de múltiplas identidades e organizações. De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, 188), estas identidades se expressaram por meio das instituições que constituíram a representação das mulheres nos mais variados segmentos, tais como:

[...] sindicatos, federações, associações, cooperativas, e diferentes grupos de base e movimentos sociais trouxeram as reivindicações de acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas,

---

<sup>2</sup> Para uma análise mais detalhada ver: O Progresso das Mulheres no Brasil; 2003- 2010.

ribeirinhas, quebradeiras de coco babaçu, ou simplesmente “mulheres do campo e da floresta.

Esta participação só foi possível porque, a partir da década de 1980, as mulheres passaram, enquanto categoria social e política, a se organizarem, promovendo encontros para discutirem as situações que lhes afetavam.

De acordo com Carneiro (1994, p. 11), “[...] *tal fato não implica, porém, que a mulher estivesse ausente das lutas travadas por camponeses e trabalhadores rurais em momentos anteriores.*” Entretanto, sua participação inscrevia-se de forma relacionada à participação da família e/ou de seus maridos. Como destacado por Brito (2001), o conhecimento que se tem e as pesquisas elaboradas para analisar a participação das mulheres na vida pública na atualidade têm buscado abordar outros âmbitos, além do contexto parlamentar de grandes centros urbanos. Procurando “[...] *desvendar qual é o real espaço que é ocupado pela mulher na política brasileira*” (BAY apud BRITO, 2001, p. 295), estas pesquisas contribuíram para identificar o exercício, por parte de mulheres, de atividades como agentes políticos prefeitas ou vereadoras, professoras, benfeitoras, etc., mostrando as ligações entre família, religião, filantropia e a política partidária.

Ao citar alguns nomes de mulheres que atuaram na constituição da história do campo no Brasil, Carneiro (1994) destaca que as mulheres passaram a assumir a liderança quando seus maridos eram mortos e estas tinham que os substituir (como no caso de Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria Oneide, entre outras). Para a autora, ao assumirem a liderança e o compromisso com a luta, estas mulheres demonstravam uma capacidade de liderança e de coragem desproporcionais à imagem que a sociedade lhe atribuía: aquela que deve ficar em casa, cuidar dos filhos e obedecer às ordens (do marido ou do pai).

Carneiro (1994, p. 11) aponta que a participação dessas mulheres “[...] *no movimento dos trabalhadores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação.*” Nesse momento, as distinções de gênero não importavam. O que mobilizava era o re-conhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva.

Ao tomar como referência as palavras das mulheres acima citadas, Carneiro afirma que os discursos das mulheres-líderes revelam que, anteriormente à construção

das distinções sociais entre os gêneros, forma-se uma consciência da igualdade entre homens e mulheres alimentada pela luta contra a desigualdade social.

Ao apontar a morte de Margarida Alves, Carneiro destaca que o espanto da sociedade se deu por motivo de sua morte violenta (em condição de ser mulher), ou por ser uma mulher a pleitear a presidência de um sindicato, o que na época se configurara como uma distorção ao que se era esperado por uma mulher. Carneiro aponta ainda que qualificação da mulher como trabalhadora rural pela CONTAG, que estabelecia formas de pagamentos de mensalidade que não prejudicasse a renda familiar, fora um dos argumentos contrários à filiação das mulheres ao sindicato.

Apesar de não haver impeditivo legal para a filiação feminina aos sindicatos rurais, diversas diretorias se colocavam contra e impediam, de muitas maneiras, a associação de mulheres. Uma consequência dessa luta foi à aprovação pelo IV Congresso da Contag de um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento de mensalidade que não prejudicassem a renda familiar - um dos argumentos utilizados por aqueles que se colocavam contra a filiação feminina. (CARNEIRO, 1994, p. 13)

Cabe destacar que neste período ainda vigorava o Estatuto do Trabalhador Rural. Este, como mencionado neste trabalho, além de excluir uma parcela da população do campo, contribuiu também para que o trabalho feminino fosse compreendido como um mecanismo de expulsão do homem no campo.

Para Carneiro (1994), as diversas formas de luta sob as quais se inscreveram as mulheres na década de 1980, estão associadas ao movimento de resistência dos trabalhadores rurais à intensificação da exploração e da expropriação a qual estão submetidos. Assim como Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), Martins (1986), Oliveira (2007) e Carneiro (1994) apontam que as reivindicações e a diversidade de formas de luta e de organização dos trabalhadores (as) estão relacionadas à situação específica vivida pelas diferentes categorias que compõem esta classe social. Carneiro destaca que, embora esta situação seja complexa e circunscreva a situação da mulher, esta não é apenas explicada pela dominação capitalista. Assim, a autora questiona:

Torna-se necessário indagar também sobre a influência desse movimento na construção social da identidade feminina: que valores são questionados ou reafirmados na sua autopercepção? Como se dá a combinação de fatores econômicos, que orientam a mulher para além dos limites da esfera doméstica, levando-a a conquistar posições na esfera pública (não apenas via mercado de trabalho, mas também na

participação em sindicatos e associações) e os valores culturais que definem as identidades de gênero e as relações sociais entre os sexos? Que projeto ideológico está em construção nesse processo de transformação da mulher em ator político? Que valores sustentam a formulação de trajetórias unitárias que neutralizam as diversidades e antagonismos entre os gêneros e esboçam as bases para a construção de uma identidade coletiva? (CARNEIRO, 1994, p. 14).

A participação feminina nos diversos espaços e campos de luta evidencia que a restrição a que esta categoria fora escamoteada (espaço privado-lar) é uma contradição a qual fora determinada e destinada. Esta contradição imbuída pela dicotomização – bipolar entre as relações sociais de produção e reprodução dos gêneros é que propicia o espaço particular que distingue a participação da mulher nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais, que dizer, uma vez que se tornam públicas suas reivindicações (reivindicações das mulheres trabalhadoras do campo), também se tornam públicas outras identidades que compõem a mulher, tais como o da trabalhadora- mãe, trabalhadora–esposa.

Para Carneiro (1994, p. 14) é a própria condição de “[...] *pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural.*” Assim, destaca a autora, para entender o movimento das mulheres trabalhadoras rurais é necessário levar em consideração não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições materiais de vida, mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais dos gêneros.

Tomando por referência a produção teórica sobre a participação dos movimentos de mulheres no Nordeste e Sudeste do país, Carneiro (1994) discorre sobre como o trabalho, enquanto categoria fundante dos processos de sociabilidade, tem sido apropriado pelo capital (transformado em mercadoria) e tornado subjacente a participação feminina nos processos de produção e reprodução social.

Ao tomar como referência dados das décadas de 1970-80, Carneiro (1994, p. 15) diz que, mesmo havendo um aumento significativo da força de trabalho feminina, esta permanecia na época<sup>3</sup> sendo vista como mera “ajuda” para composição da renda. Além

---

<sup>3</sup> De acordo com os Dados do PNAD de 1982 e do recenseamento de 1970, citado por H. Saffioti. Política agrícola no Brasil contemporâneo e suas conseqüências para a força de trabalho feminina. **Boletim Reforma Agrária**, ano 15, n.3, ago/dez. 1985, houve um aumento de 13,7% da força de trabalho feminino em relação a um crescimento negativo de 5,4% da força de trabalho masculino. (CARNEIRO, 1994, p. 15).

disto, a autora destaca que “[...] a participação da mulher na produção familiar não é vista como trabalho, o que a exclui das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho ocupada na produção de alimentos destinados ao mercado interno.”

A incorporação feminina à produção agrícola embora sempre tenha existido, só é reconhecida como trabalho quando assume as formas assalariadas (em geral eventuais) na grande lavoura para exportação (de café, soja e laranja) ou de cana-de-açúcar.

Como é sabido, este quadro é fruto das transformações nas relações de produção na agricultura provocadas pela modernização (mecanização e intensificação da exploração) que, ao expulsar a família de moradores das terras das fazendas, cria as condições para a incorporação da força de trabalho feminina e infantil. Não apenas amplia-se o mercado de trabalho volante, onde a mulher tem um lugar de destaque, como também é cada vez mais necessário o assalariamento de maior número de membros da família de trabalhadores rurais para garantir o nível de reprodução física e social<sup>4</sup>.

De acordo com Carneiro (1994), embora esta nova realidade traga consequências para a organização familiar, ela não é único fator determinante no processo de mobilização e participação da mulher. Para a autora, diretamente, a transformação da situação do trabalho desenvolvido pela mulher de não remunerado para assalariado não é acompanhado pela transformação de subordinação da mulher dentro da família.

Carneiro (1994, p. 15-16) tomando por referência as pesquisas de Verena Stolcker: *As mulheres na lavoura cafeeira* (1986) e Noronha (1986): *As trabalhadoras da grande lavoura de cana na zona da mata mineira*, afirma que o acesso ao trabalho assalariado não modificou a identidade social da mulher que permaneceu centrada nos papéis de mãe e esposa. Conforme a autora, não houve qualquer mudança nas relações sociais do gênero. “*Essas mulheres não sustentam novos valores no tocante à relação com os maridos, nem no que se refere às representações sobre seus próprios papéis.*” Mesmo trabalhando, as mulheres não se definiam como “trabalhadoras”, mas como “donas-de-casa”, considerando a condição de trabalhadora como provisória. Seus projetos individuais estavam pautados nas representações sociais sobre o gênero baseadas no exercício dos papéis de mãe e esposa.

É preciso salientar que a forma pela qual as mulheres foram incorporadas à categoria de trabalhadoras assalariadas no campo tem enormes controvérsias. No que

---

<sup>4</sup> Maria Aparecida de Moraes Silva: *Errantes do Fim do Século* (1999).

tange a categoria trabalho enquanto categoria ontológica, este fora escamoteado à mercadoria e, neste processo, ao invés de promover a emancipação humana e a genericidade do gênero humano, promoveu seu estranhamento e alienação, como demonstra a vasta literatura sobre o tema. Neste sentido, acredita-se que não é apenas ser assalariada ou não que fará com que as mulheres possam se reconhecer como categoria ou “parte” de uma classe social, afinal outros elementos da sociabilidade concorrem para a criação de uma identidade ou não de classe.

Paradoxalmente ao que fora afirmado por Noronha e Stolcker, a participação das mulheres foram verificadas principalmente em duas categorias sociais mais mobilizadas: “[...] *as assalariadas eventuais do Nordeste, principalmente as da cana-de-açúcar do Brejo Paraibano, e as camponesas da região Noroeste do Rio Grande do Sul.*” (CARNEIRO, 1994, p. 16)

De acordo com Carneiro (1994, p. 16-17):

No Nordeste, a maioria das mulheres que participa desse movimento pertence à categoria de trabalhadores que já se encontram em fase avançada no processo de expropriação (os “sem terra”, “assalariados eventuais” e alguns “agregados” ou “moradores”). Por outro lado, no Sul, a organização que tem alcançado maior êxito na mobilização feminina é o “Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais”, também conhecido como “As Margaridas”, que assenta a sua base social na pequena produção familiar mecanizada (média de 12 ha), proprietária, ocupada pela policultura em que a soja, o porco e o leite destacam-se como produtos comercializados via pequenas cooperativas.

Pode-se concluir que esta mobilização e conseqüente participação das mulheres tem se dado para além dos anseios pessoais (ou particulares) desta categoria. Percebe-se que, ao atrelar a luta contra a opressão de gênero e a exploração de classe, consegue-se, por meio desta articulação, desenvolver “a consciência de categoria e classe social” entre as mulheres. Isto se evidencia nas afirmações de Carneiro a partir da análise da realidade tanto no nordeste, quanto no sul:

Reivindicações específicas voltadas para a realidade de cada uma das duas regiões distinguem as pautas das reuniões. No Nordeste, destacam-se: salário mais justo (tanto em termos absolutos quanto em relação aos homens), creche, terra para plantar, não superposição dos “serviços de casa” e o “trabalho fora”, educação e assistência médica para elas e filhos, repúdio à dominação do homem na família e à ideologia machista. Entre as “Margaridas do Sul” destacam-se as lutas pelo preço justo do produto, pelo direito a se associarem às cooperativas com o respectivo controle sobre a comercialização das

mercadorias por elas produzidas (o leite, principalmente) pela divisão mais equilibrada das tarefas domésticas através de uma mudança qualitativa na educação dos filhos tanto em casa quanto na escola, por uma política agrícola voltada aos interesses dos pequenos produtores e reivindicação mais puramente feminista, o repúdio à utilização do corpo da mulher em propagandas. (CARNEIRO, 1994, p. 17).

A incorporação da força de trabalho feminino no campo e sua condição em assalariada tem refletido uma nova realidade em que a mulher, como membro de uma unidade de produção familiar ou como trabalhadora assalariada, tem criado demandas tais como: terra para plantar, melhores salários, política agrícola mais adequada e preços justos. De acordo com Carneiro (1994), a incorporação dessas reivindicações, também comum à categoria de pequenos produtores, tem a importância de tornar público e visível o papel da mulher na condição de produtora, assim como também seu reconhecimento como *agricultora*, este, como menciona Carneiro, é pré-condição para uma série de outras reivindicações que dizem respeito à cidadania da mulher.

Cabe salientar que, ainda que as reivindicações e lutas das mulheres também sejam incorporadas pelos pequenos camponeses (homens), é preciso destacar que estas categorias sociais (homens e mulheres) vivenciam diferentes problemas no conjunto de luta e reivindicações. Neste sentido, como ainda hoje o trabalho feminino no campo, assim como na cidade, não seja compreendido como responsável ou principal para a reprodução social e da família, as mulheres membros de pequenas unidades de produção estão mais expostas “[...] à proletarização ou à integração total às grandes ou médias cooperativas - o que traria problemas para a autonomia da forma de organização social camponesa - estão cada vez mais presentes.” (CARNEIRO, 1994, p. 18).

De acordo com Carneiro (1994), o crescente endividamento, consequência da mudança no sistema de crédito e da política de fixação de preços, somado à impossibilidade de incorporar mais terra à propriedade para expandir a produção, é uma ameaça real à reprodução camponesa. Assim, a particularização de suas reivindicações enquanto categoria pode ser entendida também como uma das estratégias traçadas para garantir um mínimo de segurança através do direito aos benefícios sociais (aposentadoria), como também é uma maneira de reforçar a luta do campesinato travada pelos sindicatos.

Carneiro (1994) salienta que a cidadania não se limita à conquista de direitos sociais do indivíduo como trabalhador. No entanto, numa sociedade extremamente desigual, quer seja nas relações entre as classes, quer seja nas relações entre os sexos, a

construção da cidadania começa pelo direito ao trabalho e os consequentes direitos sociais a ele relacionados. Para a autora, no caso da mulher rural, não se trata de reclamar por trabalho, mas de torná-lo visível.

Assim, se a questão da cidadania para a mulher rural passa pelo reconhecimento de seu trabalho ou pelo direito de ter acesso a ele, não se pode esquecer que a simbiose mulher-terra-família é constitutiva da identidade feminina no campo e esta lhe impõe um paradigma para as relações sociais de gênero. “*A indivisibilidade da renda familiar é sustentada pela própria lógica da organização social camponesa e com ela é afirmada a estrutura de autoridade dentro da família.*” (CARNEIRO, 1994, p. 21). Nesse sentido, o caminho traçado pelo movimento das mulheres trabalhadoras rurais é circunscrito pelas próprias relações sociais de gênero no campo e, desta forma, distingue-se qualitativamente dos movimentos sociais urbanos.

### **Considerações Finais.**

O presente artigo apresentou uma breve análise sobre as mutações no mundo do trabalho (reestruturação produtiva) e como estas têm incidido diretamente sob a inserção da mulher, tanto no mercado de trabalho urbano, quanto rural. Neste último, como apontado pelo *Relatório sobre o Progresso das Mulheres no Brasil*, pondera-se a inexpressiva alteração no quadro que historicamente tem escamoteado a contribuição e participação da mulher como provedora.

Como demonstrado por Carneiro (1994), é preciso, quando analisar as condições do campo, analisar a condição da mulher e como esta inscreve sua luta particular, ou seja, é preciso apreender a luta da mulher (no campo) para além dos limites e perspectivas dos demais movimentos sociais, pois como demonstra a autora, as mulheres que lutam no campo formam sua identidade a partir da desnaturalização da identidade anteriormente atribuída. Esta desnaturalização tem, inicialmente, por meio do movimento dialético, a contradição de essas se afirmarem como mãe, esposas e filhas.

Malgrado, uma vez inseridas na luta, afirmam-se como mulheres e passam a atuar como sujeitos coletivos, de modo que passam a exigir o exercício de sua cidadania. Assim, rompem com uma estrutura familiar (patriarcal) que outrora lhes negavam a condição de Ser.

Destarte, as condições das mulheres no mundo rural ainda permanecem precárias. Entretanto, cabe destacar que muito se tem avançado no sentido de se afirmar

as mulheres como sujeitos da reforma agrária, a exemplo do II plano Nacional de Reforma Agrária que orienta as mulheres como beneficiárias do plano com ênfase no PRONAF- Mulher. Como mencionado, é preciso que as mulheres sejam fortalecidas e reconhecidas e que seu trabalho seja visível naquilo que efetivamente é, isto é, como provedoras da família no meio rural.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ALBUQUERQUE, Ligia; RUFINO, Isaura. Elementos que dificultam a participação da mulher no processo da reforma agrária. In: LAVINAS, Lena (Org.). **Anais do seminário mulheres rurais: identidades e luta política**. Rio de Janeiro: Ed. IPPUR : Ed. UFRJ, 1987.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2012.

ASSENCIO, Sandro. **Trabalho e comunicação: a categoria fundante da sociabilidade humana em Marx e Habermas**. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, set./dec. 1997.

BORELLI FILHO, Dorival; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Organização da produção do assentamento Mario Lago: uma experiência de diversificação produtiva no centro da indústria agrocanavieira do interior do estado de São Paulo. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político, 4., Curitiba, 2010. **Anais....** Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

BRASIL. MDA. Inra. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz produção e qualidade de vida no meio rural.** Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. MIRAD. Inra. **I Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília, DF, 1985.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 291-298, 2001.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010.** Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas.** São Paulo: Vértice : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

\_\_\_\_\_.; COSTA, Albertina de Oliveira. (Org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; ROSEMBERG, Fulvia. **Trabalhadoras do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_.; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Ed. 34, 2002.

BUARQUE, Cristina. Mulheres rurais e políticas sociais: uma experiência em Pernambuco. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010.** Brasília, DF, 2011.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta.** Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAPPELLIN, Paola. Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. (Org.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina.** São Paulo: Ed. Fundação Carlos Chagas : Vértice, 1989.

\_\_\_\_\_. CASTRO, Elisa Guaraná. Fazer, pensar e decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais: algumas reflexões a partir de três estudos de casos. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 15, p. 113-130, 1998.

CARLATO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, jan./jun. 2001. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n2\\_genero.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22-55, jul./dez. 2001.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-22, jun. 1994. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/art/199406-011-022.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

CINTRÃO, Rosângela Pezza; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Brasília, DF, 2011.

COLETIVO DE GÊNERO DO MST. **Refletindo sobre as relações de gênero no MST**. (mimeo).

DEERE, Carmen Diana. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 112-146, abr. 2002.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A situação legal e real da mulher trabalhadora no campo. **Perspectiva: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 5, p. 97-114, 1982.

FISCHER, Izaura Rufino; GEHLEN, Vitória. **Reforma agrária: pão masculino, chão feminino**. fev. 2002. (Trabalhos para discussão, n. 130). Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/discussao/gehlen.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2009.

\_\_\_\_\_.; MARQUES, Fernanda. **Gênero e exclusão social**. 2001. Disponível em: <<http://www.Fundaj.gov.br/tpd/113.html-53>> . Acesso em: 3 ago. 2010.

FREIRE, Nilcea. Mulheres e poder uma relação delicada. CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Brasília, DF, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórica-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

HEREDIA, Beatriz M. A.; CINTRÃO, Rosângela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: Unifem. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Ed. Fundação Ford : CEPIA, 2006.

IZQUERDO, Maria José. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, [1999]. (mimeo).

\_\_\_\_\_. **La desigualdad de las mujeres en el uso del tiempo**. Madrid: Instituto de La Mujer, 1988.

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho de Lúkács**. 1996. Disponível em: <[http://www.sergiolessa.com/artigos\\_92\\_96/centralidadetrab\\_1996.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Identidade e individuação**. 2004. Disponível em: <[http://www.sergiolessa.com/artigos\\_02\\_07/identid\\_individuacao\\_2004.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_02_07/identid_individuacao_2004.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lúkács, ética e política**. Chapecó: Argos, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Mundo dos homens**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sociabilidade e individuação**. Maceió: Edufal, 1995.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, Georg. **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

\_\_\_\_\_. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

\_\_\_\_\_. **Reprodução**. Disponível em: <[http://sergiolessa.com/ontologia\\_all/Ontologia\\_all/CapReproducao/NovaTraduc/NovaTraducReprod.doc](http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapReproducao/NovaTraduc/NovaTraducReprod.doc)>. Acesso em: 21 jun. 2010b.

\_\_\_\_\_. **Socialismo e democratização**: escritos políticos 1956-1971. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009c.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Tradução de Livio Xavier. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto:** relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília, DF, 2000. (Antropológica, n. 284). Disponível em: <[http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=353](http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=353)>. Acesso em: 31 maio 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Um estudo teórico na perspectiva historiográfica: articulando gênero e classe no processo de produção e reprodução da força de trabalho. **Antíteses**, Londrina, v. 1, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 14 fev. 2012

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 23-55, 2007.

\_\_\_\_\_. O que temos a ver com isso: o trabalho docente em meio à reestruturação produtiva do capital. **Cadernos ANDES**, Brasília, DF, v. 21, p. 17-24, 2005.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.

\_\_\_\_\_. O trabalho sob fogo cruzado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-21, jan./mar. 1994.

MORAES, Eunice Léa. **Construindo identidades sociais:** relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional. Brasília, DF: TEM : SPPE : DEQ : 2005. (Qualificação profissional e social, v. 1).

MST. **A questão da mulher no MST.** São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1996.

MST. **Mulher sem terra.** São Paulo: ANCA : INCRA, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. **Gênero patriarcado e violência.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho.** 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 73-92, mar. 2000.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **O processo organizativo do Assentamento sepé Tiarajú-SP: o sentido e os caminhos da cooperação.** São Paulo: Grafset- Ribeirão Preto, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Ed Unesp, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.